

SFC *Comunica*

Informativo da Secretaria Federal de Controle Interno
Controladoria-Geral da União - CGU

Exercício de 2020 - 2ª Edição

Servidores e Servidoras da CGU.

Palavras do Secretário

Apresento a 2ª edição do SFC Comunica, boletim elaborado consignando os principais resultados da Secretaria Federal de Controle Interno, e que visa incrementar a comunicação interna das atividades realizadas.

Nesse exercício de 2020, tivemos forte impacto no planejamento das atividades em função das ações de combate aos efeitos da pandemia do coronavírus, o que não impediu a continuidade de entregas que agregassem valor à gestão em nível estratégico. Conforme observado nesse boletim, foram concluídas diversas avaliações de políticas públicas, coordenadas pela CGU, priorizadas pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, bem como foram entregues várias avaliações de temas priorizados pela SFC.

Em decorrência dessa forte atuação, foi possível gerar valores recordes de benefícios financeiros (R\$ 17,9 bi) e não financeiros (10,61) que comparados às metas estabelecidas no Plano Estratégico (PE) da CGU (BF: R\$ 3,6 bi / BNF: 4,8) e no PPA (R\$ 3,6 bi) demonstram o destaque do desempenho da secretaria. Complementando essa performance, observou-se o aumento da distribuição do protagonismo pelos benefícios entre as unidades, sinalizando o incremento da institucionalização do planejamento de trabalhos com finalidade de agregar valor à gestão.

Agradeço a todos pelas contribuições e conto com vocês nesse exercício de 2021.

Indicadores:

Benefícios Financeiros
R\$17,88 bi
(550% Meta PE)

Índice de Relevância - Não Financeiros - Aprovados

10,61 (296% Meta PE)

Índice de Efetividade das Recomendações

20% (67% Meta PE)

Recorte de Projetos Estratégicos Geral - SFC:

(PT 2018-2019 / PT 2020-2021 / CMAP 2019 / CMAP 2020 / CIG / Desestatização)

DISTRIBUIÇÃO POR TEMAS

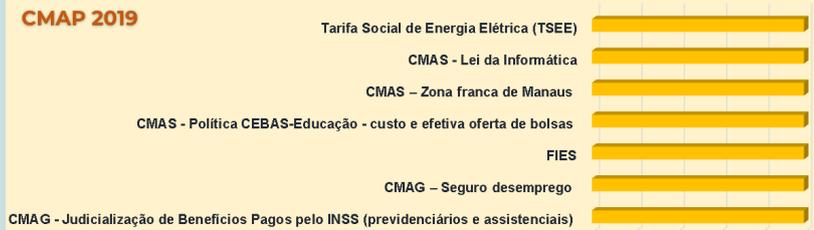
PT 2018-2019



PT 2020-2021



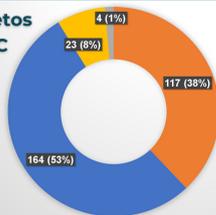
CMAP 2019



CMAP 2020



Situação de Projetos Estratégicos - SFC



- Atrasado
- Concluída
- No Prazo
- Prazo a ser definido



Destaques do gabinete da SFC

Disponibilização dos módulos de monitoramento de recomendações e registro de benefícios no e-Aud para todas as UAIG

Foram estruturados e disponibilizados módulos de monitoramento de recomendações e registro de benefícios do Sistema e-Aud para todas as UAIG, que agora aguardam capacitação para implementar o sistema para o registro e suporte das atividades de auditoria.

Aperfeiçoamento da Supervisão Técnica das UAIG por meio da estruturação dessa funcionalidade no e-Aud

Foram estruturadas e disponibilizadas funcionalidade do Sistema e-Aud para atualização de informações cadastrais das UAIGs, bem como entrega de PAINT e RAIN, buscando aperfeiçoar a supervisão técnica exercida pela SFC.

Contratação de especialização em ciência de dados (ENAP) e de mestrado em administração (FGV)

Em 2020, foram realizadas diversas ações de capacitação, com destaque para a contratação de mestrado em administração pública e especialização em ciência de dados. O objetivo é aprimorar as competências técnicas dos auditores e, conseqüentemente, possibilitar a realização de trabalhos de alto valor agregado.

Estruturação da gestão de fluxos e riscos do processo "Gerenciar auditorias governamentais"

Foi elaborado manual do processo Gerenciar auditorias governamentais, composto de fluxo, atividades e tarefas, bem como foram mapeados riscos estratégicos relacionados ao processo. Além disso, foram estabelecidos indicadores de desempenho para monitoramento do processo e plano de ação com melhorias e medidas de tratamento dos riscos mapeados.

1. Acompanhamento do Auxílio Emergencial e do Auxílio Emergencial Residual

Foram realizadas ações de fiscalização do **Auxílio Emergencial**, instituído pela Lei nº 13.982/2020, ao longo de 2020. Elas tiveram por base o Acordo de Cooperação Técnica (ACT nº 01/2020) pactuado entre a CGU e o Ministério da Cidadania. Elas abordaram o cumprimento de critérios de elegibilidade pelos beneficiários, a análise dos contratos que suportaram a execução e os modelos de governança definidos para operacionalização.

O orçamento para o **pagamento de 5 parcelas desse auxílio superou o valor de R\$ 250 bilhões**. A Medida Provisória nº 999/2020, por sua vez, abriu crédito extraordinário no valor de R\$ 67,6 bilhões para o pagamento de até quatro parcelas de Auxílio Emergencial Residual, instituído por meio da Medida Provisória nº 1.000/2020.

Foram encaminhados ao Ministério da Cidadania **20 resultados dos trabalhos**: aplicação de 17 trilhas de auditoria quanto à elegibilidade de beneficiários, análise dos primeiros contratos Ministério da Cidadania/Caixa, Ministério da Cidadania/Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev), Ministério da Cidadania/Empresa de Correios e Telégrafos (Correios), e do Acordo de Cooperação Ministério da Cidadania/Defensoria Pública da União.

Foram considerados **todos os pagamentos realizados** desde o início do Auxílio Emergencial, de abril até 30.08.2020, no total de 257,2 milhões de pagamentos, a 67,1 milhões de beneficiários, em um montante de R\$ 182,29 bilhões. Identificou-se possível inobservância dos critérios de elegibilidade em 3,96 milhões de beneficiários, com o pagamento de 12,4 milhões de parcelas, em valor de R\$ 8,48 bilhões.

A partir dessa avaliação, o Ministério da Cidadania **bloqueou 6.386.208 parcelas de Auxílio Emergencial de 2.842.804 beneficiários**, evitando o desembolso de R\$ 4,25 bilhões. Daqueles, 2.823.864 beneficiários também tiveram 8.614.127 parcelas do Auxílio Emergencial Residual bloqueadas, evitando o desembolso de R\$ 2,86 bilhões. Adicionalmente, houve a devolução voluntária de R\$ 110,10 milhões promovida por 104.170 beneficiários que não cumpriam as condições para o recebimento do Auxílio Emergencial.

2. Avaliação do Contrato INSS/Dataprev nº 49/2018 e do novo modelo de contratação apresentado pela Dataprev

Trata-se da avaliação do contrato entre o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Dataprev para os **serviços de tecnologia da informação** do primeiro, que suporta seus processos finalísticos. O escopo foi o processo de planejamento e execução do Contrato nº 49/2018. Buscou-se fomentar a discussão entre as entidades de um modelo de contratação que suprisse as necessidades do INSS com base em critérios objetivos. E, também, considerasse o contexto da "Transformação Digital" empreendida pelo INSS a partir de 2019, em sequência à implantação do INSS Digital.

A proposta comercial da Dataprev contendo novo modelo de contratação foi de R\$ 816,2 milhões por ano. Devido a riscos identificados nas contratações anteriores, a CGU realizou análise prévia do **novo modelo contratual para avaliar a existência de eventuais fragilidades e riscos**.

Os resultados demonstraram a inexistência de qualquer registro de análise de custos pela equipe responsável pela contratação, e a existência de potencial sobrepreço no valor de R\$ 220 milhões por ano. Então, o INSS constituiu "Grupo de Trabalho Revisão" para **elaboração das bases do novo contrato** com a Dataprev, por meio da Portaria nº 596/PRES/INSS/2020, e o Grupo de Trabalho Análise de Custos para avaliação dos custos apresentados pela Dataprev, por meio da Portaria nº 772/PRES/INSS/2020.

Após a manifestação desses Grupos de Trabalho, o INSS e a Dataprev celebraram, em 21.11.2020, o Contrato nº 20/2020, cujo valor anual é de R\$ 519,7 milhões, ou seja, uma **redução anual de R\$ 296,5 milhões (36,3%)** em relação à proposta apresentada pela Dataprev em abril de 2020

3. Avaliação sobre processo de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança da Informação e Comunicações (SIC) do INSS

O objetivo do trabalho foi avaliar a gestão e as estruturas para tratamento e resposta a **incidentes de Segurança da Informação e Comunicações (SIC) no INSS**. Trata-se de processo com grande repercussão sobre a área de negócio do INSS e para o atingimento dos objetivos estratégicos da Autarquia.

Verificou-se que a gestão e a operacionalização não estão devidamente estruturadas. Isso eleva os riscos relacionados à disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade no processamento das informações. Identificou-se a necessidade de que a Autarquia **implemente sua Política de Segurança da Informação** e crie sistemática para monitorar e avaliar os resultados. Isto remete à formalização de normas, procedimentos e fluxos para a gestão de SIC e para a gestão de risco de segurança da informação (GRSIC).

4. Avaliações relacionadas ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)

Foram finalizadas duas avaliações relacionadas ao CNIS: uma acerca da governança, outra relacionada à segurança de acessos. O Cadastro Nacional de Informações Sociais é relevante para a execução de políticas públicas e como prova plena para o reconhecimento de direitos previdenciários.

O primeiro trabalho avaliou os **mecanismos de governança**. Os resultados demonstraram que o Cadastro não foi instituído por norma específica, provocando dúvidas quanto a sua finalidade e composição. Assim, torna-se impossível avaliar a adequação e a necessidade dos dados nele disponíveis. O decreto que dispõe sobre a governança do CNIS não estabeleceu instâncias para a atuação conjunta dos órgãos e entidades envolvidos na sua operacionalização. O envolvimento das partes interessadas é prejudicado ainda pela ausência de canais de comunicação estruturados.

O segundo trabalho avaliou a gestão sobre os **controles para a concessão e manutenção de perfis de acesso ao Portal CNIS**. Ela é feita por sistema corporativo que permite a realização manual de consultas, inclusões, exclusões e alterações de dados registrados no CNIS. Verificou-se que a gestão sobre os controles de acesso não assegura que os perfis de acesso sejam concedidos e mantidos mediante os critérios definidos normativamente. Ela não controla o nível e o período de vigência necessários às atividades dos usuários. Foram propostas melhorias relacionadas à revisão de normas e à automatização de controles

5. Trabalhos de avaliação do INSS Digital

Foram concluídos dois trabalhos relacionados à avaliação do processo de **reconhecimento de direitos para a concessão de benefícios** no contexto do INSS Digital e da transformação digital da Autarquia. Verificaram-se **fragilidades** na gestão das filias de processos de reconhecimento de direitos. Há elevada discricionariedade na distribuição de tarefas, risco de formação de filas paralelas de tarefas e pouca transparência sobre a posição de cada processo nas referidas filias. Constatou-se também que os indicadores relacionados ao processo de reconhecimento de direitos se encontravam obsoletos em relação à nova metodologia de trabalho. Ademais, não existia avaliação completa e atualizada sobre a suficiência e a distribuição da capacidade operacional da autarquia, que considerasse os impactos do "INSS Digital", prejudicando a tomada de decisão.

6. Acompanhamento do BEM

Realizou-se acompanhamento das ações sob responsabilidade da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia voltadas ao pagamento do **Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda**. O objetivo foi avaliar o processo de habilitação e pagamento, quanto à observância dos critérios estabelecidos, e, outros riscos relacionados à sua operacionalização

O cruzamento de informações da base de dados de pagamento do benefício com diversas outras bases disponíveis, até junho de 2020, demonstrou a ocorrência de situações que podem representar **pagamentos indevidos** de 542.500 parcelas do BEM, referentes a 357.498 beneficiários, totalizando R\$ 465,2 milhões. As situações identificadas contribuíram para o **aprimoramento dos controles** e das regras de negócio aplicadas no processamento do benefício, onde se destacam: a) correções na metodologia de verificação de óbitos; b) incorporação de verificações para identificar empresas inativas solicitando o benefício, quantidade elevada de requerimentos para um mesmo CPF, veracidade da data de início do vínculo informada no requerimento e desligamentos ocorridos dentro do período de garantia previsto no programa

7. Avaliação do PRBI

Avaliação realizada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social e à Secretaria de Previdência do Ministério da Economia relacionada ao Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade (PRBI). O escopo foi verificar se **fragilidades relevantes** ocorridas em etapas anteriores do Programa tinham sido equacionadas. Abordou-se também a seleção e priorização de benefícios a serem revisados e o gerenciamento da capacidade operacional da Perícia Médica Federal. As análises indicaram que as providências para mitigar as falhas identificadas em fases anteriores do programa, em sua maioria, não se encontravam totalmente implementadas. Também se verificou a inexistência de avaliação para a definição dos benefícios a serem prioritariamente revisados e a insuficiência dos instrumentos de gestão para a organização e distribuição das tarefas da Perícia Médica Federal. Aparentemente **não há capacidade operacional para a realização das perícias** de revisão sem o pagamento de bônus aos peritos médicos.

8. Avaliações CMAP ciclo 2019, Judicialização no âmbito do INSS e Seguro Desemprego

Os trabalhos envolveram o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia. Quanto à judicialização no âmbito do INSS, buscou-se registrar as principais causas que levam a essa situação. Foram avaliadas as providências adotadas para o seu enfrentamento e os impactos sobre a estrutura envolvida nesse processo. Como resultado relevante houve a definição da Estratégia Nacional Integrada para Desjudicialização da Previdência Social. Ela inclui a proposição de duas recomendações a serem acompanhadas pelo Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP). A primeira envolve a tramitação de Projeto de Lei visando o desincentivo à judicialização relacionada a benefícios administrados pelo INSS. A segunda é relacionada ao acompanhamento de plano de transição para o custeio da perícia médica em processo judicial.

Quanto ao Seguro-Desemprego, foi feito cruzamento de dados envolvendo o pagamento do benefício na modalidade de trabalhador formal. Em situações de pagamentos inconsistentes ou indevidos foram expedidas recomendações, de forma pontual, visando garantir a qualidade cadastral dos dados do Seguro Desemprego, e evitar o pagamento de parcelas indevidas. No que se refere à estruturação do programa, identificou-se a necessidade de elaboração do Modelo Lógico do Programa Seguro-Desemprego. Esse modelo englobaria a política ativa (intermediação de mão de obra e qualificação social e profissional) e a política passiva (benefício financeiro do Seguro-Desemprego), de forma a subsidiar as análises relacionadas à sua estruturação

1. Painel de transparência das contratações relacionadas à Covid-19

Foi criado o Painel Gerencial **"Contratações Relacionadas à Covid-19"**, para acompanhar despesas realizadas pela União, estados e municípios relacionadas ao enfrentamento da pandemia.

O painel busca fornecer dados gerenciais e indicar aos gestores um referencial de preços das aquisições no período da pandemia, com o objetivo de **auxiliar a melhor compra**. A ferramenta está disponível na internet e é de livre acesso. As informações são alimentadas a partir de levantamento realizado em publicações da imprensa oficial.

2. Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação (CEBAS Educação)

O trabalho consiste em avaliação, coordenada pela CGU, de aspectos relativos ao desenho, à implementação, à governança, e aos resultados da política pública. Inclui o volume de **recursos empregados** e os **custos da intervenção estatal**. O trabalho atendeu a demanda do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Subsídios do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP/ME).

Observou-se que a política apresenta **riscos de efetividade e para o erário**. Ela não focaliza a população de maior vulnerabilidade. Não incentiva a eficiência ou a efetividade dos atores envolvidos. Permite que grandes corporações se beneficiem do arranjo. Não processa os pedidos de certificação em tempo razoável. Não há estratégia de atuação, conduzindo-se pelas decisões das entidades privadas. Privilegia as regiões de maior renda per capita e menor desigualdade de renda. Apresenta custo médio bastante elevado em comparação a políticas similares. Ela ainda não foi apropriada pelas unidades finalísticas do Ministério da Educação (MEC). Prevalece o caráter processual e a falta de governança das bolsas de estudo. Diante disso, recomendou-se redesenhar a política pública:

- i. restringindo-se a imunidade às entidades beneficentes que prestem serviços de forma inteiramente gratuita;
- ii. instituindo-se isenção específica para as entidades comerciais;
- iii. readequar os critérios de elegibilidade;
- iv. simplificar o processo de trabalho;
- v. aperfeiçoar a coordenação entre as políticas de acesso à educação.

3. Diagnóstico de ações voltadas à primeira infância.

O trabalho buscou verificar o **cumprimento do Marco Legal da Primeira Infância** na elaboração, execução e priorização de políticas públicas voltadas ao público infantil em seis ministérios federais.

As ações são executadas de forma independente e descoordenada. Não há uma política que as integre, tampouco coordenação intersetorial que as envolva. As ações mapeadas, em sua maioria, não possuem elementos para acompanhamento dos resultados que possibilitem a realização de ajustes ao longo de sua execução. **A transparência é precária o que dificulta o controle social**. A falta de identificação e divulgação dos recursos orçamentários compromete a priorização. Recomendou-se:

- i. criar instância de coordenação intersetorial, responsável pela elaboração e publicação da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância;
- ii. aperfeiçoar a governança das ações, estabelecendo seu monitoramento e avaliação;
- iii. identificar e divulgar os resultados e os recursos aplicados, inclusive o somatório dos recursos orçamentários envolvidos em sua execução.

4. Projeto Piloto "Em Frente Brasil"

A auditoria do Projeto Piloto Em Frente Brasil teve como objetivo avaliar os processos de governança e de gestão de riscos, bem como o seu modelo lógico.

Verificou-se a **necessidade de aprimoramento do Modelo Lógico**, notadamente quanto à completude e clareza nas relações de causalidade dos elementos previstos em sua estrutura. Quanto ao processo de governança, constatou-se que o Ministério da Justiça e Segurança Pública não tem capacidade suficiente para coordenar uma política pública interfederativa e interministerial. O processo de gestão de riscos não foi tratado em conjunto com as partes interessadas, desconsiderando a interconectividade entre os riscos. Por fim, não foram identificadas no sítio do ministério as informações exigidas pelo Decreto nº 7.724/2012. Recomendou-se o aprimoramento do projeto para mitigar os riscos quando da sua expansão para os demais municípios, no Programa Nacional de redução da Criminalidade Violenta.

5. Financiamento da saúde

Avaliou-se os critérios de **rateio dos recursos federais de saúde** a estados e municípios, transferidos fundo a fundo. O foco do trabalho foi o financiamento das ações e serviços de saúde por parte do Ministério da Saúde, no ano de 2018 e anteriores. A alocação de recursos é fundamental na garantia de eficiência, eficácia e equidade da ação pública.

O processo de regionalização da saúde ainda se mostra incipiente. Isso fica evidenciado pelas dificuldades de consolidação das estruturas de negociação e pactuação; pela ausência dos instrumentos previstos nos normativos, orientações e manuais; e, pela pulverização de competências organizacionais do Ministério, sem a devida supervisão e coordenação. O SUS carece de diagnóstico da situação de saúde, de organização e dos serviços em rede regionalizados.

6. Sustentabilidade na Rede de Universidades Federais

O objetivo deste trabalho foi apresentar o estado da governança das **universidades públicas federais**, os recursos gastos e o papel do MEC em orientar as políticas relacionadas ao ensino superior federal público.

Em 2017, o conjunto das universidades públicas federais administrou dotações orçamentárias que chegam a aproximadamente **45 bilhões de reais**. Elas são 4,3% das instituições de ensino superior no Brasil, e 15,7% do total de alunos matriculados em graduação. São as principais responsáveis pelos trabalhos de pesquisa no país e representam um padrão de qualidade para todo o ensino superior brasileiro.

A estrutura das relações entre o Ministério da Educação e as universidades não favorecem uma boa governança da alocação de recursos; os planos de desenvolvimento institucional das universidades são elaborados de forma desvinculada da estratégia nacional, representada pelo Plano Nacional de Educação; a distribuição dos recursos para as despesas correntes das universidades não tem sido realizada conforme os normativos e com a devida transparência; não há dimensionamento da força de trabalho nas universidades; e há fragilidades no processo de contratação de professores e técnicos, com risco de criar uma situação orçamentária insustentável.

7. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Foi desenvolvida, em conjunto com o FNDE, a primeira versão da **análise automatizada de prestações de contas** de programas universais da educação básica. Estes são o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Nacional de Transporte Escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola. Foi um trabalho de consultoria decorrente do acordo de cooperação técnica firmado entre a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em 18.11.2020. Destina-se ao intercâmbio de informações e tecnologias para superar os obstáculos do atual modelo de análise de prestações de contas.

O **passivo de prestações de contas sem análise** referente a esses programas é um total de aproximadamente 297 mil processos. A versão inicial da análise automatizada encontra-se em fase de avaliação. Os benefícios com a sua implantação podem superar a cifra de R\$ 2 bilhões de economia. Ela utiliza critérios de riscos para o processo automatizado, evitando a análise individual manual.

8. Avaliação das políticas de promoção da cidadania no sistema prisional

Em março de 2020, a quarta etapa do trabalho de Avaliação das Políticas Públicas de **Promoção da Cidadania no Sistema Prisional** foi finalizada. Consolidou e atualizou os resultados das três etapas anteriores.

A governança das políticas públicas formadas por diferentes arranjos institucionais contribuiu para o **cumprimento parcial** dos objetivos e metas dos órgãos competentes. Contudo, os resultados foram considerados insuficientes, especialmente, nos aspectos de planejamento e de monitoramento. A articulação entre ouvidorias e conselhos foi insuficiente para a coordenação das políticas e para a ampliação da participação social.

9. Avaliação sobre Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF)

Foi avaliado o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), ação conduzida pelo Ministério da Saúde, com aquisições anuais próximas a **R\$ 7,5 Bilhões/ano**. A ação atendeu a demanda do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Subsídios do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP/ME). A ação foi realizada em parceria com a Secretaria do Orçamento Federal.

Foram agregados trabalhos já realizados pela CGU em 2016 sobre aquisição de medicamentos especializados, sobre a judicialização de medicamentos e sobre as Parcerias Para Desenvolvimento Produtivo (PDP). Foram apresentadas recomendações estruturantes, visando a melhoria da governança e da efetividade da política pública.

10. Avaliação sobre Financiamento Estudantil (FIES)

O trabalho foi coordenado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em parceria com a CGU. Analisou aspectos relativos ao desenho, à implementação, à governança, e aos resultados e impactos da política pública. Considerou ainda o **volume de recursos empregados** e os custos da intervenção estatal. Atendeu a demanda do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Subsídios do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP/ME).

A avaliação chegou a várias conclusões. Durante a fase de expansão do programa o número total de matrículas cresceu em ritmo bastante inferior ao do número de beneficiários do Fies. O cronograma das políticas de acesso ao Ensino Superior é um elemento crítico. As inscrições no Fies são a última etapa do processo seletivo precedido pelas inscrições no Sistema de Seleção Unificada (SISU) e no Programa Universidade para Todos (Prouni). No período inicial, quando era exigido fiador para a concessão do crédito, o programa era pouco focalizado, sendo o Prouni bastante superior nesse quesito. Os beneficiários do FIES apresentam elevada participação no mercado de trabalho formal. Há fortes indícios de sobrepreço por parte de algumas instituições de ensino. As recomendações principais foram a criação de um sistema unificado de acesso ao ensino superior e a implementação de medidas de recuperação dos créditos inadimplentes.

1. Avaliação da política de aquisições de passagens aéreas

A auditoria avaliou a aplicação da política de **aquisição de passagens aéreas da Administração Pública Federal**. O foco foi vantagens financeiras e não financeiras dos possíveis modelos de aquisição, com o objetivo de identificar alternativas de contratação. Além disso, a avaliação buscou contribuir com melhorias nos procedimentos administrativos de aquisição e de cancelamento de bilhetes aéreos para ganho de eficiência operacional. Existe **potencial de economia de recursos**. O trabalho demonstrou que o atual modelo de aquisição de passagens aéreas não é vantajoso. A Administração deixa de obter descontos e benefícios por não possuir acordos celebrados com as companhias aéreas. Desta forma, além de adquirir passagens com pouca antecedência, ela o faz a preços superiores ao mercado. Evidenciou-se também que o fluxo administrativo do processo de aquisição de passagens é ineficiente. As oportunidades de redução de gastos existem mediante a elevação da antecedência mínima de aquisição de bilhetes aéreos e a negociação de descontos junto às companhias aéreas. Recomendou-se a substituição do atual modelo de aquisição; a negociação de benefícios junto às companhias; a simplificação do fluxo do processo administrativo; a alteração do regimento relativo ao cancelamento de bilhetes; e a revisão dos mecanismos de controle interno.

2. Alice – Integração com o e-Aud e Processo de auditoria preventiva

A ferramenta Alice, acrônimo de **"Análise de Licitações e Editais"**, foi integrada ao sistema e-Aud mediante a estruturação do processo padronizado de auditoria preventiva de licitações. A ferramenta Alice envia as licitações que apresentaram alertas para o e-Aud e permite que as Coordenações-Gerais e Regionais analisem preliminarmente, baseando-se em trilhas e em fatores de riscos. Caso haja elevado risco na licitação, no próprio e-Aud é possível requerer uma auditoria desse objeto. Desde março/2020, a ferramenta Alice enviou cerca de 400 editais para o e-Aud dos quais 205 foram analisados preliminarmente pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) e Unidades Regionais

3. Avaliação da fiscalização exercida pelas Superintendências do Patrimônio da União nas áreas de terrenos de marinha e acrescidos

A Auditoria foi realizada com o objetivo de avaliar a efetividade da atividade de fiscalização exercida pelas unidades regionais da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SCGPU). Essa atividade tem por finalidade **evitar a ocorrência de ocupações irregulares** em terrenos de marinha e acrescidos. Observou-se que as fiscalizações realizadas pelas unidades regionais da SCGPU não decorrem de um processo estruturado de avaliação de riscos e, em regra, ocorrem em função de demandas de órgãos de controle. Foram identificados casos de inadimplência nos pagamentos de "foros" e "taxas de ocupação" vinculadas a ocupações em terrenos de marinha e acrescidos. Esses casos ensejariam cancelamento da inscrição de ocupação ou caducidade do aforamento, mas não tiveram a adoção de quaisquer providências por parte da SCGPU. Foi constatado também risco relevante de ocupações irregulares de águas públicas e praias (bens de uso comum do povo), por particulares, em decorrência da falta de fiscalização. Foram recomendadas as seguintes ações à SCGPU: aprimorar a gestão de riscos de forma a priorizar ações mais efetivas e relevantes sobre as ocupações irregulares; consultar a AGU sobre a melhor estratégia de atuação (judicial ou extrajudicialmente); instituir critérios para indicar a caducidade de foro ou o cancelamento da inscrição de ocupação, por inadimplência, conforme o Decreto-Lei n. 9.760/1946 e na IN n. 04/2018.

4. Avaliação do pagamento de vantagens aos Professores de Magistério Superior

Auditoria foi realizada com objetivo verificar a atuação da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia (SGP/ME). O foco foi o **pagamento das vantagens** do art. 192, incisos I e II, da Lei nº 8.112/1990, aos professores de magistério superior das Instituições Federais de Ensino Superior. Teve por base a folha de pagamento de fevereiro de 2019. Verificou-se a existência de quase oito mil pagamentos irregulares realizados aos servidores inativos e aos beneficiários de pensão, com um impacto negativo anual de mais de R\$ 123 milhões aos cofres públicos. Recomendou-se à SGP/ME a interrupção desses pagamentos e a elaboração de levantamento dos casos irregulares de concessão das referidas vantagens nas demais carreiras do Poder Executivo Federal.

5. Avaliação das dispensas de licitação e modernização do uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF)

Auditoria buscou identificar oportunidades de **simplificação de procedimentos em contratações públicas de pequeno valor** enquadradas na hipótese de dispensa de licitação do inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93. Também avaliou a modernização do uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), para conferir maior celeridade, eficiência e transparência aos gastos públicos, dado o considerável esforço operacional despendido em compras dessa natureza de baixa representatividade financeira.

6. Avaliação de Saldo em Conta nas transferências voluntárias

Auditoria buscou avaliar a existência de recursos transferidos voluntariamente pela União para outras entidades parados em conta corrente. Há situações nas quais o fluxo orçamentário-financeiro das transferências não é adequadamente seguido em relação aos saldos em conta e a baixa execução financeira. Foi recomendado à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia no intuito de obter a **devolução de aproximadamente R\$ 757 milhões** à Conta Única do Tesouro Nacional.

7. Avaliação do Processo Eletrônico Nacional (PEN) e da governança do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

- A auditoria teve por objetivo avaliar a governança e os aspectos relacionados aos **riscos aplicáveis ao PEN**. Estes se referem especialmente às atividades operacionais e ao SEI, seu principal pilar. Foram avaliados o cumprimento do Decreto nº 8.539/2015 e a governança compartilhada do SEI entre o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e o Ministério da Economia (ME). Foram identificados riscos relevantes relacionados à continuidade do uso da ferramenta e a segurança das informações por ela transacionadas. Recomendou-se a reestruturação da governança do SEI para atender aos objetivos do PEN no Poder Executivo, de modo a incentivar novas adesões. O esforço deve produzir implementação de melhorias ou nova solução estruturante para a universalização do PEN, com total governança pelo ME.

8. Avaliação do regime de dedicação exclusiva de servidores das Instituições Federais de Ensino (IFE)

- Foi realizada Auditoria relacionada à identificação de servidores de todas as Instituições Federais de Ensino (IFE) que estejam **desrespeitando o regime de Dedicção Exclusiva**. Isto se materializa pelo acúmulo irregular de outra atividade remunerada ou do exercício da função de sócio administrador em empresa privada. Foram realizados cruzamentos com as bases da RAIS 2018 e do CNPJ 2019. Foram identificados 37 docentes em regime de Dedicção Exclusiva acumulando outra atividade remunerada registrada na RAIS. Pode haver mais outros 502 casos irregulares, que ainda estão em avaliação ou não foram justificados pelas IFE. Foram identificados, ainda, 14 professores em regime de Dedicção Exclusiva ocupando a posição de sócio administrador de empresa. Existem outros 428 possíveis **acúmulos ilegais** ainda em avaliação ou sem resposta pelas respectivas IFE. Recomendou-se às Instituições Federais de Ensino Superior que analisem e tomem as devidas providências nos casos identificados não justificados. A Secretaria de Gestão de Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia recomendou-se que implemente controle proativo e automatizado para identificação de potenciais acúmulos irregulares.

9. Avaliação dos custos dos cursos promovidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)

- O objetivo do trabalho foi identificar parâmetros avaliativos da **economicidade** da atuação dos Departamentos Regionais do Senai, em especial atenção ao Programa Gratuidade Regimental. Foram avaliados os cursos nos estados de Sergipe, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco.

- Verificou-se a **compatibilidade dos preços dos cursos** do Senai em relação aos preços praticados no mercado, na modalidade técnico de nível médio. Para os cursos de formação inicial e continuada, constatou-se que os preços do Senai são significativamente inferiores aos praticados nos mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Observou-se **incompatibilidade** entre os gastos utilizados para aferição da premissa/meta básica do Programa de Gratuidade Regimental e os preços ofertados pelo próprio Senai e seus concorrentes no mercado local. Pôde-se constatar que os percentuais dos recursos aplicados em gratuidade pelas entidades analisadas vêm atingindo os percentuais exigidos no artigo 68, §3º, do Decreto nº 6.635/2008.

- Ao Departamento Nacional do SENAI foi recomendado: **i.** estudar a viabilidade de indicação de valores nacionais de referência do custo aluno-hora por modalidade; **ii.** aprimorar o detalhamento da composição dos custos na formação dos preços dos cursos, destacando o valor do subsídio aplicado; **iii.** e adicionar novos indicadores de eficiência com base nos adotados no mercado privado de modo a identificar e mitigar eventuais ineficiências em seus processos operacionais e gerenciais.

- À Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia recomendou-se elaboração de proposta de modernização da lei de constituição do Senai. A finalidade é fazer constar de maneira clara os instrumentos por meio dos quais deve ser exercida a supervisão ministerial.

10. Avaliação dos custos dos cursos promovidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)

- O trabalho foi realizado nos estados de Sergipe, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco.

- Os valores dos cursos pagos ofertados pelo Senac no mercado privado são **compatíveis com os preços de empresas privadas** atuantes no mercado local. Todavia, apurou-se nas unidades pesquisadas, uma grande variação do Gasto Médio Aluno/Hora-Aula - GMAHA e que o custo médio da hora-aula por aluno dos cursos pesquisados (R\$ 4,98) foi consideravelmente inferior à média do GMAHA informado em 2018 (R\$ 17,04).

- As análises realizadas apontam a necessidade do Departamento Nacional: **i.** propor ao Conselho Nacional regulamentar a metodologia de cálculo dos custos, com padronização de parâmetros comuns a todos; **ii.** aprimorar a definição de metas de resultado e aumentar o número de indicadores relacionados ao monitoramento da eficiência; **iii.** propor ao Conselho Nacional medidas para induzir as Administrações Regionais a disponibilizar os indicadores de desempenho e metas definidos pelo Departamento Nacional. Seriam os indicadores dos três últimos exercícios no Portal da Transparência, inclusive em formato CSV; criar instrumentos para incentivar as Administrações Regionais às boas práticas para aumentar a sua eficiência operacional.

- Também se faz necessário que a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia elabore **proposta de modernização** da lei de constituição do Senac. Na mudança deverá constar de maneira clara os instrumentos por meio dos quais deve ser exercida a supervisão ministerial.

1. Levantamento de Obras paralisadas

Trata-se de levantamento para identificar as obras paralisadas em dezembro/2019, em decorrência do Grupo de Trabalho para Governança de Investimentos em Infraestrutura (GT Infraestrutura). Foi consignado à CGU que ela realizaria estudo de **alternativas para as obras paralisadas** e para o incentivo à **conclusão e operação desses empreendimentos**.

A avaliação identificou como pontos positivos: a redução do estoque de obras paralisadas, apesar de ainda alto; a racionalização da carteira de obras; a uniformização de procedimentos de gestão. Todavia, foram constatados problemas de ordem técnica, orçamentária e financeira; abandono de empresas, pendências com órgãos de controle, meio-ambiente e ações judiciais.

Foram feitas as seguintes recomendações:

1. disponibilizar tempestivamente informações da carteira de projetos;
2. priorizar a carteira de projetos em andamento frente a novos empreendimentos;
3. estabelecer planos de ação para retomada e conclusão das obras paralisadas;
4. melhorar a qualidade dos projetos;
5. conceder prazos limites para a retomada de obras paralisadas ou a celebração de Compromisso de Conclusão de Obras (CCO);
6. edição de procedimentos que facilitem a propositura de emendas parlamentares para as obras;
7. padronização e integralização dos modelos de transferência na Plataforma +Brasil e; fortalecer instrumentos de incentivo à melhoria de gestão e governança nas transferências

2. Avaliação da Lei de Informática

A partir de demanda do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas - CMAP, a CGU avaliou a **Lei de Informática**. Ela incentiva as empresas a investir em atividades de pesquisa e desenvolvimento (valor médio de R\$ 1,4 bilhões/ano) mediante incentivos fiscais da ordem de R\$ 6,2 bilhões/ano relativos aos bens de informática e automação produzidos. A avaliação coordenada pela CGU envolveu esforços do IPEA, visitas técnicas aos institutos de pesquisa beneficiados e auditorias realizadas pelas Superintendências Regionais da CGU nas empresas beneficiárias.

Identificou-se relação entre o aumento da capacitação e a competitividade do setor de TIC no país a partir dos **incentivos promovidos**. Mostrou-se crítico o processo de prestação de contas das empresas beneficiárias. Constatou-se a realização de dispêndios nos projetos de PD&I, em desconformidade com os normativos que regem a política. Verificou-se também concentração dos investimentos pelas empresas beneficiárias em Recursos Humanos.

Foram propostas recomendações para tornar o processo de prestação de contas mais tempestivo, confiável e transparente para permitir um acompanhamento mais eficaz

3. Avaliação da Política Nacional de Dragagem

Evidenciou-se **fragilidades** na governança do Programa Nacional de Dragagem (PND), com destaque para a inexistência de critérios específicos nas nomeações para cargos de gestão das obras. Houve descontinuidade na execução, por sucessivas trocas de gestores e equipes. Constatou-se também inexistência de normativos internos aplicáveis às etapas de orçamento, contratação e fiscalização das obras de dragagem, bem como de levantamentos hidrográficos.

Identificou-se uma **gestão deficiente** do acervo técnico dos serviços contratados por meio de convênios, termos de cooperação técnica e termos de execução descentralizada. Produtos técnicos contratados não foram recebidos ou mesmo não foram localizados, apesar dos dispêndios expressivos ocorridos. A transparência ativa foi insuficiente quanto à contratação, ao desenvolvimento e aos resultados pertinentes às obras de dragagem executadas.

Foram recomendadas a regulamentação da política de dragagem e o incremento de capacitação dos servidores para atuar na fiscalização das obras.

4. Avaliação das atividades de fiscalização dos royalties da mineração

A avaliação compreendeu o exame das atividades de fiscalização dos royalties da mineração (CFEM) pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

Dentre os achados, destacam-se a baixa formalização e padronização dos procedimentos de planejamento, execução, comunicação e registro das fiscalizações. Os **sistemas de informação estão falhos e insuficientes** para uma gestão eficiente e eficaz, e falta revisão e supervisão em todas as etapas dos trabalhos. Constatou-se que poderia ter ocorrido uma arrecadação maior, entre R\$ 5,8 bilhões a R\$ 11,6 bilhões, apenas no exercício de 2019, pelo pagamento integral dos royalties.

Tais resultados provocaram **nova avaliação para 2021**, com o objetivo de estimar com mais precisão os desvios de arrecadação, e verificar atividades de mineração irregulares.

5. Avaliação da Capacidade Institucional para Regulação

O projeto Avaliação da Capacidade Institucional para Regulação verificou, em fase piloto, a **maturidade regulatória das agências**. Foram avaliadas a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA/DF), e a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Mato Grosso (AGER/MT).

A avaliação examina: Competência e Efetividade Regulatória, Autonomia Decisória, Autonomia Financeira, Mecanismos de Controle, Fiscalização e Gestão de Riscos, Análise de Impacto Regulatório (AIR) e Regulação de Contratos.

Os resultados foram apresentados às agências avaliadas para **aperfeiçoarem** seus mecanismos de gestão, integração e intercâmbio de conhecimentos e boas práticas.

6. Gestão hídrica

Foram realizadas **45 ações de controle** em 12 Unidades da Federação (AL, AM, BA, CE, DF, GO, MG, PA, PE, PR, RN e SP), envolvendo 9 Companhias de Saneamento, 9 Comitês de Bacias Hidrográficas, 9 Sistemas de Abastecimento de Água e 6 Sistemas de Esgotamento Sanitário.

Os valores fiscalizados somaram **mais de R\$ 2,6 bilhões**, em 13 instrumentos de transferência, apenas no abastecimento de água em regiões metropolitanas.

As avaliações indicaram a **necessidade de aprimoramento** na governança das políticas públicas de saneamento básico e de recursos hídricos. Os aspectos considerados se referem ao monitoramento, coordenação e à transparência de decisões e de informações sobre os recursos investidos.

1. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

A auditoria teve como objetivo avaliar as Demonstrações Contábeis do Fundo no exercício de 2018. O foco era verificar se elas refletem a situação patrimonial e financeira, em 31 de dezembro de 2017. E ainda, verificar o **impacto da implementação** das recomendações nos demonstrativos de 2018.

Constatou-se que as Demonstrações Contábeis não refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, o resultado financeiro e os fluxos de caixa. Não são atendidos aspectos relevantes das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TG). Há superavaliações no ativo em cerca de R\$ 12 bilhões, pelo reconhecimento de ativos contingentes e ausência de ajuste para perdas nas operações de crédito e nas debêntures. Há subavaliações no ativo em cerca de R\$ 2 bilhões em virtude do não reconhecimento de créditos da dívida ativa.

2. Gestão de Créditos da Fazenda Pública

Trabalho realizado sobre os processos associados à Cadeia de Valor nº 2 - "Gestão dos Créditos da Fazenda Pública". As unidades avaliadas foram a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

O trabalho demonstrou pontos que merecem especial atenção, em virtude do impacto que podem trazer aos resultados esperados para a citada Cadeia de Valor. Isso a despeito da busca contínua daquelas unidades para melhorar a arrecadação. Dentre eles se destacam: i) fragilidades no processo de garantia do crédito, por meio de medidas cautelares fiscais, que podem levar à intempestividade das ações; ii) dificuldade no compartilhamento de bases de dados entre RFB e PGFN, gerando riscos às atividades de cobrança dos créditos da Dívida Ativa da União (DAU); e fragilidades nos procedimentos de contabilização da DAU, com impacto na representação fidedigna dos dados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

3. Política de Crédito Rural

Avaliou-se a política de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com foco na atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Verificou-se que as operações de crédito possuem baixo índice de irregularidade quanto à comprovação dos requisitos para enquadramento no programa e à aplicação dos recursos. Em relação aos recursos, verificou-se discrepância na demanda entre as regiões do país. Constatou-se que o MAPA não possui estudos ou avaliações buscando examinar os impactos do Pronaf. Esses impactos se referem ao aumento da capacidade produtiva, da elevação da renda e da melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares. Além disso, a política não é monitorada e avaliada por meio de indicadores e metas associados diretamente a esse objetivo. Também foram verificadas limitações dos sistemas e ferramentas utilizados para o controle e gerenciamento do programa. Por fim, observou-se que a atuação e a articulação do MAPA carecem de formalização e institucionalização.

4. Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)

Auditoria teve como foco avaliar a **conformidade dos controles internos** estabelecidos pela Caixa Econômica Federal (CAIXA), na condição de Administradora do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). O FCVS é responsável pela gestão de mais R\$ 100 bilhões de passivos elegíveis à novação de dívida pelo Fundo, na forma da Lei 10.150/2000.

O trabalho identificou insuficiências e deficiências que comprometem a efetividade dos controles internos estabelecidos pela CAIXA. Para assegurar a consecução dos objetivos da gestão do FCVS, foram oferecidas recomendações ao Conselho Curador para prover sua efetiva supervisão. Foram feitas recomendações à CAIXA para o aperfeiçoamento dos controles internos, especialmente os processos de Habilitação, Análise e Homologação dos créditos.

Além do referido, durante o exercício de 2020, foram analisados nove **processos de novações** do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), totalizando cerca de R\$ 2,6 bilhões. O principal objetivo do trabalho foi avaliar se o valor a ser pago pela União é líquido e certo.

Foram constatados: i) casos de multiplicidade; ii) origem de recursos divergente da informada pelo agente financeiro; iii) percentual de participação dos contratos divergente do valor apurado; iv) contratos habilitados em quantidade maior do que efetivamente contribuído; titularidade dos créditos divergente da informada.

5. Fiscalização Trabalhista

O objeto foi selecionado por se tratar do principal processo para coibir abusos trabalhistas, além de envolver arrecadação anual de R\$ 5 bilhões/ano de FGTS/CS. Conta com uma gestão que envolve diferentes atores, sujeito a riscos, tanto operacionais quanto de integridade, com lacunas ou sobreposições de atuação desses agentes.

Os testes evidenciaram falhas e **possibilidades de melhorias**, tais como: 1. Melhoria no processo de gestão da SIT em relação a suas regionais no planejamento e monitoramento das fiscalizações trabalhistas. Isso pode resultar em aumento da arrecadação do FGTS; 2. As diretrizes para mitigação dos riscos de prescrição de débitos de FGTS e CS são insuficientes. Não estão acompanhadas de controles e monitoramento estruturados que ofereçam razoável segurança frente aos riscos; 3. Possibilidades para tornar o processo de fiscalização das obrigações trabalhistas e previdenciárias/sociais mais eficiente em termos de arrecadação; 4. Inadequação das estratégias de avaliação e tratamento de riscos relacionados à integridade na conduta dos agentes públicos no processo de fiscalização trabalhista de FGTS; e 5. Inadequação das estratégias de avaliação e tratamento de riscos relacionados aos sistemas de informação utilizados no processo de fiscalização dos recolhimentos do FGTS.

6. Supervisão Ocupacional, Regularização Fundiária e Contabilização de Bens Imóveis

A Auditoria avaliou a gestão de 2019 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Teve por foco os processos de supervisão ocupacional, regularização fundiária e contabilização de bens imóveis.

Quanto à **regularização fundiária**, as técnicas de sensoriamento remoto não são suficientes para assegurar a comprovação dos requisitos previstos em Lei. Estes são principalmente ocupação da área e prática da cultura efetiva. Foi recomendado que o Incra complemente as análises de sensoriamento remoto com vistorias presenciais, enquanto as soluções tecnológicas disponíveis não assegurem o atendimento da Lei. Observou-se também que houve pouca emissão de títulos rurais frente ao contingente de imóveis inscritos para serem regularizados. Foi recomendado que o Incra elabore um plano de ação para instrução e análise processual de imóveis que aguardem a regularização fundiária. Quanto à **supervisão ocupacional**, o trabalho constatou que foram estabelecidas metas para as atividades. No entanto, não foram apresentados critérios de seleção das amostras das ações de supervisão. No que tange à **contabilização de imóveis**, verificou-se que foram adotadas providências para regularização dos registros contábeis do estoque desses imóveis. O trabalho ainda não foi concluído.

7. Garantia pela União em Operações de Crédito

O trabalho foi realizado no Ministério da Economia, exercício de 2019, para avaliar a concessão de garantia pela União em operações de crédito envolvendo os entes subnacionais. Considerados a **elevação do saldo de garantias** no decorrer do tempo; honras de avais; entraves à recuperação dos valores; transferência do risco; risco moral e risco soberano. A elevação do saldo de garantias implica no aumento da exposição da União ao quadro fiscal dos entes garantidos. A honra de avais vem em crescimento desde 2016, motivada pelo desequilíbrio fiscal de parcela dos entes honrados. Os entraves à recuperação de valores são decorrentes de atuação dos Poderes Legislativo e Judiciário. A transferência do risco ocorre do ente à União.

Foram identificadas **deficiências e fragilidades** com impacto no controle, monitoramento e transparência do processo como um todo. Foram identificados riscos a que a União está exposta que podem comprometer os objetivos do ME no médio e longo prazo. As recomendações foram emitidas objetivando a promoção de uma análise e revisão do processo sob a perspectiva da sustentabilidade da União. Elas demandam o aperfeiçoamento de controles nas perspectivas operacionais e normativas. Uma **atuação mais consistente** e estratégica do Comitê de Garantias. A promoção de transparência quanto aos impactos das honras, da inexecução de garantias e dos riscos externos à organização nas demonstrações da União. A promoção de gestões de modo a minimizar o risco moral.

8. Avaliação do processo de prevenção, controle e erradicação de doenças pecuárias

A CGU avaliou o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), quanto ao processo de prevenção, controle e erradicação de doenças pecuárias, e o Programa Quali-SV.

Verificaram-se **melhorias significativas** no processo de prevenção, controle e erradicação de doenças em animais. Isto deveu-se à implantação do sistema e-Sisbravet e ao planejamento das ações de vigilância para febre aftosa e peste suína clássica. Foi possível evidenciar que os planos de contingência e controle permitem a atuação célere e efetiva nos casos de emergências. Os planos estratégicos são completos, claros e fundamentados em estudos. Entretanto, mostra-se necessário o desenvolvimento de metodologia de avaliação de desempenho dos integrantes do Suasa para três programas. São eles os programas da peste suína clássica, de raiva dos herbívoros e de educação sanitária em defesa agropecuária. Também deve ser estimulada a produção de conhecimento a partir da massiva quantidade de dados disponíveis. Em relação ao Programa Quali-SV, este permite a adequada avaliação dos controles internos, do gerenciamento de riscos e da governança dos Serviços Veterinários Estaduais (SVE). Entretanto, verificou-se a oportunidade de melhorias, a saber: i) a necessidade de alocação de recursos operacionais customizados para cada SVE de acordo com sua complexidade e relevância; ii) de implantação de política de produção, organização e disponibilização dos papéis de trabalho de suporte dos achados; iii) de aperfeiçoamento na etapa de revisão dos trabalhos; e de processo estruturado de produção de relatórios de desempenho consolidados e sua utilização para subsídio às melhorias necessárias.

9. Monitoramento dos Maiores Contribuintes

Auditoria realizada na Receita Federal do Brasil sobre o monitoramento dos maiores contribuintes (MMC). Objetiva-se aproximar a arrecadação efetiva à arrecadação potencial por intermédio da conformidade tributária (compliance) dos contribuintes mais representativos, e evitar a formação de passivos tributários que acarretem dívidas de reduzida liquidez.

A avaliação verificou se o MMC é normatizado e realizado com base em critérios técnicos. Se o processo de trabalho define competências e responsabilidades, com parâmetros de avaliação que sejam relevantes para a tomada de decisão. Verificou-se também a aderência da região fiscal ao processo de trabalho e os riscos de integridade decorrentes da interação com contribuintes de expressiva relevância. A seleção dos contribuintes ocorre com base em critérios objetivos, as competências e responsabilidades estão definidas em normativos, mas espelham uma dinâmica organizacional regionalizada que se pretende alterar para nacionalizada. Há indicadores instituídos, contudo seus resultados apresentam expressivo excedente de performance, levando a crer que metas podem estar subdimensionadas. A região fiscal é aderente às diretrizes estabelecidas pelo órgão central. Contudo, o critério Outras Ações de Monitoramento não se encontra formalmente estruturado. Em relação aos riscos de integridade, notou-se fragilidades nos controles relativos à condução das Reuniões de Conformidade Tributária, sem a obrigatoriedade de registro de ata.

1. Atuação dos comitês de elegibilidade das estatais

A SFC realizou auditoria em **15 empresas estatais** para avaliar as análises dos Comitês de Elegibilidade sobre os membros dos Conselhos de Administração. Verificou-se o atendimento às exigências e às vedações da legislação aplicável, a regularidade dos processos de avaliação, individual e coletiva, e o atendimento da exigência de treinamentos periódicos. Foram avaliadas as seguintes empresas: VALEC, Correios, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Telebrás, Infraero, Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), Banco do Nordeste, Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras), Dataprev, Serpro, Casa da Moeda, BNDES e Petrobras.

Com relação à experiência profissional, foram identificados casos pontuais em que os indicados pela União não atendiam os requisitos em desconformidade com a Lei nº 13.303/2016. Foram ainda identificadas **oportunidades de melhoria** nos processos de contagem dos períodos de mandato e de análise das vedações legais. Algumas empresas, ainda não realizaram o processo de avaliação dos conselheiros em 2018 e, alguns membros atuaram sem participar dos treinamentos exigidos pela legislação.

2. Evento "Boas práticas e desafios para a implementação da política de desestatização do Governo Federal"

Em novembro, ocorreram dois dias de discussão para contribuir com o processo de **revisão da propriedade estatal**. O encontro reuniu entidades disseminadoras de boas práticas, órgãos e entidades públicas envolvidas nos projetos de desestatização e desinvestimento. Participaram também órgãos de controle interno e externo responsáveis por avaliar e fornecer consultoria no âmbito do processo como um todo. O evento também contou com a participação de representantes do Poder Legislativo e Judiciário. Foi na modalidade presencial com 40 participantes e com 8.247 visualizações no [canal da CGU no Youtube](#).

3. Reuniões com a Secretária Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI)

Ao longo de 2020, foram apresentados à Secretária Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI) os resultados de auditorias realizadas nas seguintes entidades: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec); Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A (Nuclep); Eletrobras Eletronuclear; Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobras); Companhia Nacional do Abastecimento (Conab).

Além das agendas ordinárias com a equipe da SPPI, a SFC realizou as seguintes apresentações para as entidades auditadas: Telebrás, Eletronuclear, Hemobras, Ceitec e Eletrobras.

4. Os riscos de desestatização da Casa da Moeda (CMB)

Foi realizado um amplo levantamento de informações para identificação de riscos que poderiam impedir ou dificultar a atuação do Estado brasileiro em um cenário de privatização Casa da Moeda. Ele teve por objetivo oferecer aos tomadores de decisão **subsídios** capazes de qualificar as discussões sobre a participação do Estado brasileiro na CMB.

Os principais riscos identificados foram: (i) deterioração da qualidade dos produtos e do atendimento aos requisitos de segurança; (ii) desabastecimento do mercado devido a problemas operacionais e logísticos; (iii) variação cambial, em se tratando de contratos internacionais; (iv) dependência de fornecedor privado; (v) segurança e incremento de custos da custódia de produtos; (vi) segurança no trato das informações individuais; e concessão da outorga ou alienação para empresa que esteja respondendo a ilícitos contra a administração

5. Os riscos de desestatização da Hemobras

O trabalho teve como escopo o levantamento de informações operacionais, econômicas e contábeis sobre a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobras) e o setor em que ela atua. A empresa ainda não desenvolveu capacidade produtiva para atingir sua **função social** na completude desejada após 16 anos da sua criação. Isso se deve a fatores de gestão ou da concretização de riscos de integridade, que atrasaram o atingimento dos objetivos.

Para a privatização da companhia foram identificados, entre outros, os seguintes riscos: (i) de continuidade da dependência do Brasil em relação a um mercado oligopolizado de hemoderivados; (ii) dificuldades na manutenção e absorção da gestão do plasma nacional; e (iii) demora no processo legislativo de reforma constitucional, acerca do paradigma jurídico relativo à proibição de comercialização de hemoderivados e hemocomponentes.

6. O processo de liquidação da Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais S.A. (Casemg)

A Casemg é uma sociedade de economia mista, que foi transferida à Administração Federal após compra das ações de seu Capital Social pela União, em 2000. No mesmo ano de sua "federalização", a Casemg foi incluída no **Programa Nacional de Desestatização** (PND). O processo de dissolução e liquidação foi iniciado com a publicação do Edital nº 27, em 03.12.2018.

Os exames evidenciaram que várias etapas do processo de liquidação encontravam-se **atrasados**, como a realização do ativo imobilizado e o tratamento do acervo documental. Foi recomendada a análise dos laudos de avaliação de imóveis, em função de falhas identificadas em quatro laudos analisados pela equipe de auditoria.

7. O processo de liquidação da Codomar

A Companhia Docas do Maranhão - Codomar teve sua dissolução determinada por decorrência do Decreto da Presidência da República nº 9.265, de 10 de janeiro de 2018.

Os trabalhos identificaram que a liquidante não atendia aos critérios legais, pois não possuía vínculo com a administração Pública Federal. A companhia manteve contratos de trabalho desnecessários ao processo de liquidação. Os bens cedidos à Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP não foram avaliados. Não houve reconhecimento das obrigações da companhia para com o fundo de pensão PORTUS. Houve o pagamento por passagens aéreas superiores aos valores devidos, o que causou um **prejuízo financeiro** de, no mínimo, R\$ 77 mil e, por fim, foi identificado um prejuízo potencial de R\$ 455 mil na contratação de serviços de terceiros

8. A situação do fluxo de caixa dos Correios

Na auditoria anual de contas dos Correios referente ao exercício de 2019, avaliou-se as medidas adotadas no fluxo de caixa para mitigar risco de liquidez.

Os resultados apontaram redução do saldo de caixa e aplicações financeiras em aproximadamente **R\$ 650 milhões**. A Administração adotou medidas emergenciais de modo a evitar o esgotamento de caixa ainda em 2019. Para 2020, as projeções apontam um saldo de **R\$ 178 milhões** ao final do exercício. A projeção é resultado de novas medidas saneadoras e do julgamento do dissídio coletivo pelo TST. A consequência de uma eventual falta de caixa seria a necessidade de aportes financeiros do acionista controlador. Se estes forem utilizados para custear gastos correntes, configura-se a dependência de recursos do Tesouro para a continuidade da empresa.

9. O processo de retomada da construção da Usina Nuclear Angra 3

O trabalho consistiu na avaliação de aspectos relacionados ao processo de retomada da construção da Usina Nuclear Angra 3. O escopo abrangeu o processo de **gestão de riscos e o plano de contingência** caso a retomada não se concretize. Estendeu-se ao processo de parcerias, aos custos para conclusão da usina, à renegociação de contratos, aos investimentos e aos contratos de manutenção de obras civis.

Identificaram-se **falhas** na avaliação de riscos de governança e financeiros. A Eletronuclear não possui um plano de contingências caso a inclusão de um novo parceiro não ocorra conforme planejado. Foram identificadas fragilidades no gerenciamento do contencioso e na gestão dos estoques, incluindo o acondicionamento e a manutenção de equipamentos já entregues. Tais falhas podem impactar negativamente o cronograma de execução das obras. A descontinuidade de contratos pode afetar a capacidade financeira da empresa. As premissas adotadas para a formação dos custos para o término da usina apresentam inconsistências. Finalmente, a gestão dos contratos de serviços de manutenção e preservação do canteiro de obras necessita melhorias. As despesas decorrentes da paralisação das obras já alcançaram cerca de R\$ 139 milhões

10. O custeio de programas governamentais

A SFC realizou auditoria nos custos e taxas de administração cobradas dos fundos e contas correntes do Poder Executivo Federal administrados pela CAIXA. Buscou-se avaliar como a empresa é remunerada e quais os critérios empregados nos cálculos das taxas de administração. Também, avaliou-se a participação das receitas dos fundos federais no resultado dos exercícios de 2018 e 2019, para verificar a concentração dos resultados decorrentes delas.

As análises evidenciaram essa concentração e a existência de **fragilidades** nos cálculos de taxas de administração e de falhas na governança das contas correntes. Quanto aos fundos governamentais recomendou-se a exclusão de tributos e valores ressarcidos das bases de cálculo da taxa de administração. Recomendou-se também o detalhamento dos componentes das taxas de administração, a apuração e devolução de valores indevidos incorporados na taxa de administração. Para maior transparência, recomendou-se a divulgação das contas desses fundos nas demonstrações contábeis. Quanto às contas correntes, as recomendações foram de instituir procedimentos de autorização para abertura, realizar a revisão de conformidade documental, e, na sequência, encerrar os casos de inconformidade.

11. A gestão da companhia Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S/A (CEITEC) em 2018

A CEITEC é uma empresa pública, na forma de sociedade anônima de capital fechado, para explorar atividade econômica em tecnologias de semicondutores, microeletrônica e áreas correlatas.

Os exames demonstraram que a empresa continua **dependente** dos recursos da União (acima de 91%), não tendo alcançado as metas de faturamento, mesmo após ajustes. Não há perspectiva de sustentabilidade própria nos planos de negócios da empresa. Observou-se evolução quanto à concentração de faturamento em apenas um cliente, porém, a diversificação do portfólio não foi acompanhada de incremento significativo das receitas.

12. Avaliação de Integridade da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal petróleo S.A

Este trabalho insere-se no âmbito das auditorias de Avaliação de Integridade de Estatais desenvolvidas pela CGU desde 2015. Por meio dessas avaliações, a CGU apresenta um diagnóstico da evolução das políticas e procedimentos relacionados à ética e à integridade nas empresas estatais.

A análise do grau de **maturidade** do Programa de Integridade da PPSA, apesar do seu estágio inicial, demonstrou a necessidade de adoção de medidas da parte da Alta Administração. Elas visam cumprir o compromisso de adequação à Lei nº 13.303/2016 e à Resolução nº 10/2016, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR). A recomendação foi que a empresa aprove um Programa de Integridade com atenção para os riscos de integridade específicos aos quais a empresa esteja exposta.